

**Graciliano Ramos historiador?: a história de uma pequeníssima república**

Francisco Fabiano de Freitas Mendes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto insere-se na discussão sobre a narrativa historiográfica em suas várias vertentes e possibilidades; aqui, especificamente, na relação história e literatura a partir de um ângulo oposto do convencional: quando a literatura pretende-se historiografia.

**Palavras-chave:** narrativa historiográfica; história-literatura; modernismo brasileiro.

**Abstract:** The present text interferes in the discussion of the historical narrative in their several slopes and possibilities; here, specifically, in the relationship between history and literature starting from an opposite angle from the conventional: when the literature intends to be intended historiography.

**Keywords:** historical narrative; history-literature; Brazilian modernism.

Nas últimas três décadas, muito se falou e se escreveu sobre a relação história e literatura. Autores de diferentes paradigmas, correntes historiográficas, filiações teóricas, campos da produção historiográfica foram, aos poucos, conformando-se e confortando-se nas mais variadas camadas da discussão. Questões metodológicas outrora “quentes”, como a literatura poder ou não ser fonte para a história, esfriam à medida que se leva em conta, por exemplo, o fascínio que Engels nutria pela obra de Balzac, declarando que, com a *Comédia Humana*, aprendera “mais do que com todos os historiadores, economistas e estatísticos profissionais do período” (ENGELS, 1986:71). Outros pontos da discussão: “o real e fantasia, a objetividade e a subjetividade, o verdadeiro e o belo” (BARTHES, 2002:18-20), todos eles foram, de certo modo, encontrando quietação de Aristóteles para cá, restando talvez como ponto mais nevrálgico a questão da narrativa. Ironicamente, esta última abarcou os farelos de polêmica daqueles primeiros e hoje não podemos, discutir sobre narrativa historiográfica sem falar pelo menos em *acontecimento, contexto, verossimilhança, convencimento*.

Se pensarmos então que a diferenciação entre história e poesia (literatura) repousa sobre tais elementos, e se a eles juntarmos os debates entre os “paradigmas rivais” na atualidade, a questão da narrativa concorre, no mínimo, para um novo reencontro de Clio com Calíope. Encontro que agora põe em xeque o estatuto de ciência (CHARTIER, 2001:170-171)

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social (UFC) e prof. no curso de história da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN

adquirido pela primeira quando da separação efetiva da segunda no início do XIX (COSTA LIMA 1989:123-129).<sup>2</sup>

As questões sumariadas acima serão discutidas aqui a partir da obra de um escritor realista, Graciliano Ramos, que em 1940 escreveu breve ensaio intitulado *Pequena História da República*.<sup>3</sup> A razão para tal escolha deve-se ao fato de que diante da importante onda interdisciplinar que vivenciamos no presente pouco se fala ou se escreve sobre as contribuições que a história tem a dar às outras disciplinas; como se a história, nessa saudável relação, só tivesse portas abertas para dentro na medida em que outros conhecimentos só tivessem portas abertas para fora. Assim, o que se pretende discutir aqui é, sobretudo, a particularidade da narrativa historiográfica e como, em determinados momentos (como em *A Pequena História...*), a literatura dela se apossa. No entanto, estabelecer os equívocos metodológicos do ensaio pretensamente historiográfico de Graciliano Ramos está longe de ser nosso maior intento; tentar compreender o porquê de determinada direção escolhida (ou nenhuma) e tentar apontar a *Pequena História da República* como produto a mais de uma tradição de pensamento sobre a história do Brasil, além das condições de sua produção, para diante de tudo isso refletirmos sobre o nosso “lugar social de produção do conhecimento” (DE CERTEAU, 1982:65-77), aproxima-se mais do objetivo deste texto.

O discurso historiográfico caminhou praticamente incólume por algum tempo até se tornar o que durante algum tempo foi: cientificista. Mas se hoje o cientificismo/verdade já não é o caráter aparentemente indelével da narrativa historiográfica, aquele deixou, contudo, marcas na atual forma de narrar a história que a diferencia definitivamente do aspecto formal do discurso literário, pois trabalhamos com a necessidade do maior grau possível de credibilidade e verossimilhança, elementos cruciais para produzirmos nossa verdade. Rege esse nosso doloroso passeio pela folha em branco uma série de normas da escrita que abrange desde técnicas de citação à linguagem referencial, passando pela correta maneira de utilizar notas de rodapé, que é quando temos a chance de fazer um metatexto do texto que estamos fazendo.

Já a literatura não padeceria desse controle formal (não nessa esfera), sua sina seria outra: a da “opressão” dos limites da folha em branco e da “angústia” da impossibilidade

---

<sup>2</sup> Embora se referindo especificamente ao período da cisão entre ciência e literatura, Costa Lima ainda dirá que não faltaram críticos, já no século XIX e início do XX, do modelo cientificista, bem como da própria razão moderna, condutora da epistemologia dominante. Dentre os críticos citados pelo autor: Dilthey, Lukács, Jakobson e Benjamin.

<sup>3</sup> Em 1940, inspirado num concurso literário promovido pela *Revista Diretrizes*, Graciliano escreve *Pequena História da República* – obviamente não concorre ao prêmio e o texto só vem a lume na década de 1960. Numa linguagem despojada e sarcástica, destinada ao público jovem, o escritor, em pleno Estado Novo, dá sua explicação para os fatos marcantes nos quais estrelaram os grandes vultos da nação desde 1888 até 1930.

de ser plena enquanto demonstração de uma memória passada que se lança num presente ou enquanto fabrico de uma visão sobre o presente lançada ao futuro para daí então ser memória.

Contudo, a própria literatura brasileira, inspirada na onda realista do XIX, não escapa da auto-tarefa de ser ela também construtora da verdade. Certo mecanicismo que povoa suas vertentes no século XX, do realismo crítico ao realismo socialista, supõe a literatura “como mero testemunho da sociedade, como uma espécie de documento destinado exclusivamente ao registro dos fatos”. Mônica Pimenta Velloso aponta a obra euclideana como a “literatura-modelo” dessa tradição, e como sua inspiração a “trindade tainiana”, composta de meio (terra/tempo), raça (homens/mentalidades e tradições) e momento (luta/acontecimentos) (VELLOSO, 1988:240,259). Na *Pequena História da República*, obra de um não-historiador, atua fortemente esta mesma inspiração. Começo por aí. Dividido em 50 tópicos espalhados irregularmente nas suas 50 páginas, o ensaio se inicia com o tópico *As Coisas*, no qual figura um arrolamento de mudanças e permanências de mentalidades e hábitos, além do avanço tecnológico porque passou o país do XIX para o XX:

*Em 1889 o Brasil se diferenciava muito do que é hoje: não possuíamos Cinelândia nem arranha-céus; os bondes eram puxados por burros e ninguém rodava em automóvel; o rádio não anunciava o encontro do Flamengo com o Vasco, porque nos faltavam rádio, Vasco e Flamengo; na estrada de Ferro Central do Brasil morria pouca gente, pois os homens, escassos, viajavam com moderação; existia o morro do Castelo, e Rio Branco não era uma avenida – era um barão, filho de visconde. O visconde tinha sido ministro e o barão foi ministro depois. Se eles não se chamassem Rio Branco, a avenida teria outro nome (RAMOS, 1981:134).*

A narrativa em negação – típica do autor de *Vidas Secas* – flagra o jogo de temporalidades, no caso, o da passagem de um modo de viver a outro influenciada pelas novidades da modernidade. A substituição de um modo de vida por outro que coincide com a mudança do cenário político favorece a informação em negativo do passado, visto que o tempo no qual fala o autor é o da própria república. Já o que poderíamos chamar de longuíssima duração, ou o cenário onde se estabelece a relação homem natureza, merece uma narrativa positiva, cumulativa, harmônica: “O Amazonas, a cachoeira de Paulo Afonso e as florestas de Mato Grosso comportavam-se como hoje” (RAMOS, 1981:134).

Seguindo a inspiração tainiana (única de que dispunha?), o ensaio prossegue com uma seqüência de tópicos iniciada com *Os Homens*:

*Os homens maduros de hoje eram meninos. O sr. Getúlio Vargas, no sul, montava em cabos de vassoura; o sr. Ministro da Guerra comandava soldados de chumbo; o sr. Ministro da Educação vivia longe da escola, pois ainda não existia (RAMOS, 1981:135).*

A linguagem em negativa reafirma a estratégia utilizada na primeira parte. A seqüência de personagens históricos prossegue com os tópicos *Os Antigos Senhores, Os Antigos Escravos, Os Padres, Os Militares*. Para esses segmentos da sociedade que atuarão fortemente no período republicano, sobretudo os militares, Graciliano aponta uma característica específica para cada um: os antigos senhores, empobrecidos e rancorosos; os antigos escravos, “sem destino, meio doidos”; os padres, divididos entre uma postura conservadora e uma espécie de tradição revolucionária que se arrastava desde a colônia; os militares, descontentes e cientes do poder que possuíam (RAMOS, 1981:135-141). Até esse ponto do ensaio é observável que seu autor não descreve, não narra nenhum fato em específico. Está preocupado em preparar uma base conjuntural sólida para só então deitar a seqüência dos eventos republicanos. Faz lembrar a tese de Koselleck: “‘eventos’ só podem ser narrados e ‘estruturas’ só podem ser descritas” (KOSELLECK, 2006:133).

Realmente, para Graciliano, a história da república representa a passagem de um cenário a outro (não sem permanências), e representa também um desfile de autoritarismos (via processo de fortalecimento e imposição dos militares ou via rearranjo das elites econômicas conforme a dinâmica do capitalismo – conjuntura/estrutura e média duração). Segue-se a essa descrição o rol de eventos a confirmar o teor do ensaio: a república à brasileira teria sido uma seriíssima comédia de erros (ver os tópicos *Não Matem o Barão e Está Preso, Está Solto, Está Preso de Novo*). Contudo, vale salientar que apesar de no título do ensaio constar o termo história, e de ainda seguir seu autor preceitos até certo ponto condizentes com seu universo de leitura de mundo, a *Pequena História da República* não seria historiografia. Não no sentido que o termo sugere para a chamada história científica. Não obstante nela haver citação – inclusive aspeada, embora não explicitada a fonte –, ou ainda tópicos recheados de informações, como em *A Propaganda*, tópico de uma única página que traz 11 datas, 10 personagens históricas, 08 lugares e 07 eventos; não obstante tudo isso, falta-lhe conceitos. Koselleck explica melhor: “Nenhum evento pode ser relatado, nenhuma estrutura representada, nenhum processo descrito sem que sejam empregados conceitos históricos que permitam ‘compreender’ e ‘conceitualizar’” (KOSELLECK, 2006:142). Tal necessidade existe na medida em que na dança entre eventos e estruturas maneia-os os conceitos na busca da compreensão; isso porque eventos não se explicam por si e estruturas sem eventos são meras abstrações. Mas a necessidade de conceitos se faz mais premente mesmo pela própria limitação da história quando posta diante da utopia da verdade. O resultado obtido sobre “eventos investigados nunca é idêntico à totalidade das circunstâncias passadas, supostamente tomadas como reais naquele momento” (KOSELLECK, 2006:141).

Ora, se tal limitação se aplica à história – observadora por excelência do passado –, o mesmo deve acontecer com a literatura realista, cujo método é o da observação do real.

Assim, não podendo a narrativa literária ser plenitude, e não podendo a narrativa historiográfica ser a própria verdade, ambas são discursos que se corroboram mutuamente por se debruçarem sobre realidades e produzirem sentidos que são, antes de tudo, ação. Nesse caso, se a seguinte afirmação de Paul Ricoeur passa ao largo de ser tranquilizadora, ela promove certa harmonia entre a *verdade histórica* e a *verdade literária*: “não somos menos leitores de história do que de romances”. Referindo-se às informações e análises que acabam por habitar a literatura, Ricoeur prossegue: “a história e a ficção só concretizam cada uma sua respectiva intencionalidade tomando empréstimos da intencionalidade da outra”. E quanto à imaginação historiográfica, sem a qual o historiador se transforma numa máquina copiadora (obviamente fraudulenta) de dada realidade temporal, e da busca pela verossimilhança que atravessa a obra literária – mesmo a dita fantástica – o filósofo francês conclui mostrando que “essa concretização [entre história e ficção] só é atingida na medida em que, por um lado, a história se serve, de algum modo, da ficção para refigurar o tempo e, por outro lado, a ficção se vale da história com o mesmo objetivo” (RICOEUR, 1997:316-317). Objetivos semelhantes, diferenças no método e apresentação dos resultados, diálogo possível. É basicamente a condição de narrador o que une historiador e escritor; mas é justamente o modo de narrar e de lidar com os arquivos do tempo (em todas as suas facetas) o que os distingue.

Dizendo com letras impressas, escritor e historiador não fazem outra coisa que não fazer. Como um pedreiro construindo uma casa ou um padeiro assando um pão, aquele que escreve produz um livro, um artigo, um poema, um manifesto e, se faz desse ofício mais do que uma cópia da ficção ou da história que produz, transforma-se ele num confesso “narrador” da vida e do tempo. E se expande quanto mais nos outros vê-se a si mesmo e vice-versa, pois como sustentou Benjamin, ele “pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer) (BENJAMIN, 1994:221)” ou por ver, por sentir, por tocar. Mais para dentro, mais para fora, mas no mundo, ambas as narrativas – historiográfica e literária – promovem o vaivém entre conhecimento e sociedade, pois sua produção está constantemente perpassada pelo enriquecedor conflito entre o *eu* e o *outro*, entre a *disciplina da pesquisa* (o encontro doloroso com outro) e a *prática da escrita* (o doloroso reencontro com o eu, agora contaminado pelos “bacilos” do outro), entre a verdade de fora e a verdade de dentro, a verdade no papel e a verdade do mundo.

Desse modo, história e literatura também se irmanam nas impossibilidades da neutralidade e da contemplação do produto acabado. Ambas falam tanto mais de si mesmas e expõem seus “autores” quanto mais estes últimos tentam falar somente do que falam; e sabem eles que o ponto ao final de um texto é apenas a espera de um novo sol para que, qual Sísifo, comece tudo novamente. O desejo de narrar não tem fim porque não o tem o de saber e sentir; e não faria sentido guardar para si o que se sabe, pois ainda trazemos a preocupação primeira de Heródoto: escrevemos para lembrarmos. Daí sermos (historiadores ou literatos, professores ou contadores de história) compelidos a lutar na batalha entre memória e esquecimento, mas lutando nos dois lados, empunhando narrativas e fazendo o jogo da “tradição das lembranças”, termo caro e impreciso que flagra a tendência que temos para ver a tradição somente em seu aspecto positivo, de acumulação. Ter tal consciência em relação ao conhecimento historiográfico como elemento de um processo de “tradição das lembranças” é de suma importância, pois segundo Mastrogregori:

*Não dispomos de um termo que abarque conservação e destruição, memória e esquecimento, embora seja freqüente o reconhecimento de que aqueles nunca se separam desses: o arqueólogo escava e soterra ao mesmo tempo, o arquivista conserva e descarta etc. Chamar de tradição ao processo histórico de transmissão e destruição de lembranças, imagens, objetos, textos é, portanto, uma imprecisão inevitável. A palavra só é apropriada para a ação “positiva”, a que torna visível o resultado, e não para ação que torna invisíveis os rastros (MASTROGREGORI, 2006:68-75).*

Diante disto, começemos a olhar a terceira parte do ensaio: os eventos republicanos. Todos guardamos – materialmente ou na memória – os livros de história do antigo primeiro grau. Pois bem, no que tangia à história do Brasil republicano, uma breve introdução era seguida do desfile de cada presidente do Brasil com suas respectivas ações e os eventos marcantes de cada quadriênio. O ensaio escrito para jovens, datado de 1940, está andaimado de modo análogo. Graciliano faz uma história majoritariamente política, com algumas exceções como o ataque à primeira fase do modernismo, no tópico 1922, quando ao relatar uma onda que varre o país, com “greves dos trabalhadores marítimos, greve dos operários de construção” e “demonstrações de indisciplina e revolta” – obviamente se referindo a fundação do partido comunista – dispara:

*Com certeza seria melhor deslocar o deputado, o senador e o presidente. Como estes símbolos, porém, ainda resistiam, muito revolucionário se contentou mexendo com outros mais modestos. Não podendo suprimir a constituição, arremessou-se à gramática (RAMOS, 1981:178).*

Ainda durante a terceira parte, pode-se dizer que Graciliano comete várias omissões e atribui valores de juízo, demonstrando claramente o olhar filiado ao projeto stalinista: incompreende Antônio Conselheiro (*Canudos*), só enxerga positividade nas ações de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, não procurando em momento algum localizar a população carioca (*Rodrigues Alves, A Febre Amarela, A Varíola*); por outro lado tenta, na medida do possível, pois está em pleno Estado Novo, conferir certa notoriedade ao marxismo, chamando-o de “idéias exóticas” (*Primeiras Dificuldades*) e “idéias esquisitas” (*O Segundo 5 de Julho*), neste último referindo-se à coluna Prestes, sem citar o Cavaleiro da Esperança, obviamente. Mas o que dá um caráter de unicidade ao texto é a sensação de abandono, de falta de perspectivas que seu autor dá para o Brasil. O último tópico do ensaio, *1930*, fecha-o com um tom plenamente antipedagógico. Se o autor de *Memórias do Cárcere* não tece crítica mais profunda ao evento que dá início a Era Vargas, também não o qualifica laudatoriamente – define-o como um processo até certo ponto necessário e inevitável, ligado a outros que o precederam com menos força e mais romantismo, mas que para Graciliano trazia a cara da política do Brasil: uma ação sem planejamento para um país de contrastes aparentemente irreconciliáveis:

*Os homens de 1930 não tinham um programa. E justificaram-se. Como teriam podido arranjar isso? Importar? Que é que deviam importar? Vivíamos num país onde os lugares se diferenciavam muito uns dos outros. O nordeste era superpovoado, o Amazonas era quase deserto. Tínhamos criaturas civilizadíssimas em Copacabana e selvagens de beicho furado no Mato Grosso. Quem sabia disto lá fora? (RAMOS, 1981:185).*

Se a narrativa da *Pequena História da República* flagra que não é um historiador o dono de suas palavras evidencia, porém, a importância que seu autor dava à história.

Graciliano Ramos sentenciou certa vez: “*Sem a história, creio, estaríamos num espaço inútil a qualquer meditação*” (RAMOS, 1992:160).

Concordo. Mas o enfrentamento do passado brasileiro recente através da meditação histórica não oferece ao leitor, ao término das 50 páginas do ensaio, qualquer ponto a se mirar. Longe de tentar estabelecer como tarefa da história apontar soluções para o futuro através dos exemplos do passado, e também ciente de que a linguagem debochada adotada por Graciliano era, antes de tudo, contraposição à onda patriótica que varria o país (o samba-exaltação *Aquarela do Brasil*, por exemplo, é de 1939), ainda assim, Graciliano parece querer fazer a história de um passado que não deveria ter sido. Com fatalismo similar ao de um Paulo Prado, o autor da *Pequena História da República* oferece à juventude ex-escravos doidos, beatos idiotas, população ausente, militares autoritários ou militares loucos, com idéias

estranhas, políticos gatunos, revoluções sem prumo. O lugar de onde fala seu autor é o do pessimismo extremo, talvez tão nocivo para a narrativa historiográfica quanto o discurso laudativo. E não obstante a boa gama de informações e o percurso cronológico que caracteriza a história funcionando no texto, a *Pequena História da República* como narrativa historiográfica é excelente literatura. Enquanto historiadores, devemos procurar ser melhores escritores, porém, filiados mais a conceitos históricos que a estilos literários.

### Referências Bibliográficas:

- CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Trad.: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- De CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Trad.: Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- De CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad.: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RIO, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. **O Controle do Imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Realismo e o romance*. In **Sobre Literatura e Arte**. 3ª ed. São Paulo: Global, 1986.
- MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e tradição das lembranças*. In MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006, Pp. 65-93.
- RAMOS, Graciliano. *Pequena História da República*. In **Alexandre e Outros Heróis**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.(1962), Pp. 134-186.
- RAMOS, Ricardo. **Graciliano: retrato fragmentado**. São Paulo: Siciliano, 1992.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa - Tomo III**. Trad.: Roberto Leal Ferreira. Campinas-SP: Papyrus Editora, 1997.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Literatura como Espelho da Nação*. In **Estudos Históricos: identidade nacional**. Vol. I, nº 02. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988/2, Pp. 239-263.